

## DIVISAO DE POLICIA FEDERAL - FOZ DO IGUACU/PR

## Estudo Técnico Preliminar 4/2026

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 08385.008124/2025-34

## 2. Descrição da necessidade

### Problema a ser resolvido (por quê fazer?)

Contratação de serviço comum para instalação de alambrado nas dependências da SR/PF/PR.

Conforme já detalhado no Documento de Formalização da Demanda, a Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Paraná (SR/PF/PR), enfrenta uma falha de segurança no perímetro da área de preservação permanente (bosque), a oeste/noroeste da edificação da SR/PF/PR. Na parte em que o bosque confronta com a Rua Professora Júlia Amaral Di Lenna, a cerca de arame farpado está danificada e sem placas de advertência que anteriormente existiam. Além disso, o bosque estaria servindo de esconderijo para pessoas que praticam furtos na região e também para o consumo de drogas, o que implica em redução da segurança da Superintendência.

### Perspectiva do interesse Público

Evitar o vandalismo contra a edificação da Polícia Federal e veículos que ficam em estacionamento aberto.

Limitar o acesso de pessoas estranhas por meio de barreiras físicas, diminuindo os gastos com segurança eletrônica e vigilância patrimonial.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
GTED/SELOG/SR/PF/PR	Marcio de Souza Bouzas
GTED/SELOG/SR/PF/PR	Junior Maggi

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

### Enquadramento do objeto

### Classificação como obra, serviço comum ou especial de engenharia ou serviço comum geral

O objeto da contratação deve ser classificado com um **serviço comum geral**, pelos motivos abaixo elencados.

Na linha do que já restou assentado pelo Tribunal de Contas da União ([Acórdão 1.046/2014-TCU-Plenário](#)):

*"[...] a complexidade do serviço não é o fator decisivo para inseri-lo, ou não, no conceito de 'serviço comum', mas sim o domínio do mercado sobre o objeto licitado. Caso apresente características padronizadas (de desempenho e de qualidade) e se encontre disponível, a qualquer tempo, em um mercado próprio, o serviço pode ser classificado como serviço comum" [...] "bem ou serviço comum" deve ser entendido como aquele que detém características padronizadas, identificável por denominação usual no mercado. Portanto, a noção de "comum" não está vinculada à estrutura simples de um bem ou de um serviço. Do mesmo modo, a estrutura complexa também não é razão bastante, por si só, para retirar a qualificação de "bem ou serviço comum".*

A Lei n. 10.520/2002 define o bem ou serviço comum baseada em critérios eminentemente mercadológicos, de modo que a complexidade técnica ou a natureza intelectual do bem ou serviço não impede a aplicação do pregão se o mercado possui definições usualmente praticadas em relação ao objeto da licitação.

Para tanto, considerando serem o "menor preço" e o "maior desconto" os critérios de julgamento admitidos para as licitações de bens e serviços comuns (art. 6º, XLI, Lei 14.133/2021), somente será possível a adoção do pregão se as especificações do bem ou do serviço, dada a maturidade do mercado relevante (ainda que especializado ou com universo de players reduzido), forem passíveis de incorporação no edital do certame, em disposições objetivas e padronizadas. Ou seja, apenas em tal contexto, no qual se poderá mensurar com objetividade e segurança o resultado final da futura contratação, é que será adequado empreender uma disputa concorrencial tendo como critério o "menor preço" ou o "maior desconto".

Portanto, como o serviço de instalação de cerca do tipo alambrado, com utilização de postes pré-moldados (mourões) e concertina é uma técnica plenamente dominada pelo mercado, o serviço contratado será objetivamente definido e quantificado em edital, ou seja, se enquadra como serviço comum, na modalidade pregão.

## Da Dispensa de Licitação

Trata-se de contratação com valor inferior ao limite do DECRETO Nº 12.343, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2024, R\$62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos). Assim, e, sendo certo que para o exercício de 2025 os valores dispensados de contratação somados, não alcançaram o referido limite, verifica-se a possibilidade de utilizar o disposto no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

## Natureza dos Serviços:

### Serviço por escopo ou continuado

Os serviços demandados devem ser classificados como serviços não contínuos ou por escopo, pelos motivos abaixo elencados.

A contratação que se pretende celebrar tem por finalidade a instalação de cerca do tipo alambrado, que possui medição por etapas e data definida para término, possui prazo de execução e vigência. Dessa maneira não existe continuidade dos serviços, mas tão somente uma entrega única (ou entregas parciais) a ser recebida por meio de recebimento provisório e definitivo.

Ainda a definição da Lei nº 14.133/2021 para serviços escopo é dada da seguinte forma:

*XVII - serviços não contínuos ou contratados por escopo: aqueles que impõem ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto.*

De acordo o Art 2º, inciso II, da Portaria ME 7.828/22 a pretendida contratação não é atividade de custeio, sendo classificada como investimento. Além disso, do resultado da contratação não haverá atividade de custeio herdada, como no caso de construção de edificações, onde após a construção necessita-se, obrigatoriamente, de manutenção.

## Duração inicial do contrato:

### Execução e vigência

O contrato não possui natureza continuada, portanto o serviço termina após a entrega total do objeto, que é a execução completa da cerca do tipo alambrado, incluídos a instalação de concertina e portão de acesso à pedestres, aprovados pela Fiscalização Técnica.

A previsão para o fim do serviço, execução contratual, é de **30 (trinta)** dias corridos, a contar da data estipulada na Ordem de Serviço de Abertura (OSA).

O prazo de vigência contratual é de **90 dias** a contar da data de assinatura do contrato.

## Subcontratação:

### Itens e percentuais aplicáveis

Será permitida a subcontratação nos seguintes serviços:

Fornecimento e instalação do portão de acesso à pedestres;

Fornecimento e instalação de concertina.

## Participação de Consórcios

Trata-se de um único serviço, que pode e deve ser realizado por uma única empresa e ainda com escopo muito reduzido. Assim a opção pelo consórcio seria desproporcional ao objeto a ser contratado, e o embaraço administrativo causado por uma gestão de contrato de uma modalidade de contratação tão peculiar não traria qualquer benefício para a Administração Pública.

## Participação de Cooperativas

Será admitida a participação de cooperativas desde que respeitadas as regras da Lei 14.133/2021 e IN – Seges /MP 5/2017:

A Lei 14.133/2021 estabeleceu que os profissionais organizados em cooperativa podem participar de licitações públicas, desde que cumpram as seguintes condições:

*Art. 16. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:*

*I – a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;*

*II – a cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;*

*III – qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;*

*IV – o objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.*

A Instrução Normativa Nº 5, DE 26 DE MAIO DE 2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, orienta que:

*Art. 10. A contratação de sociedades cooperativas somente poderá ocorrer quando, pela sua natureza, o serviço a ser contratado evidenciar:*

*I - a possibilidade de ser executado com autonomia pelos cooperados, de modo a não demandar relação de subordinação entre a cooperativa e os cooperados, nem entre a Administração e os cooperados; e*

*II - que a gestão operacional do serviço seja executada de forma compartilhada ou em rodízio, em que as atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços e as de preposto, conforme determina o art. 68 da Lei nº 8.666, de 1993, sejam realizadas pelos cooperados de forma alternada ou aleatória, para que tantos quanto possíveis venham a assumir tal atribuição.*

*§ 1º Quando admitida a participação de cooperativas, estas deverão apresentar um modelo de gestão operacional que contemple as diretrizes estabelecidas neste artigo, o qual servirá como condição de aceitabilidade da proposta.*

*§ 2º O serviço contratado deverá ser executado obrigatoriamente pelos cooperados, vedada qualquer intermediação ou subcontratação.*

*Art. 11. Na contratação de sociedades cooperativas, o órgão ou entidade deverá verificar seus atos constitutivos, analisando sua regularidade formal e as regras internas de funcionamento, para evitar eventual desvirtuação ou fraude.*

*Art. 12. Quando da contratação de instituição sem fins lucrativos, o serviço contratado deverá ser executado obrigatoriamente pelos profissionais pertencentes aos quadros funcionais da instituição.*

*Parágrafo único. Considerando-se que as instituições sem fins lucrativos gozam de benefícios fiscais e previdenciários específicos, condição que reduz seus custos operacionais em relação às pessoas jurídicas ou físicas, legal e regularmente tributadas, não será permitida, em observância ao princípio da isonomia, a participação de instituições sem fins lucrativos em processos licitatórios destinados à contratação de empresário, de sociedade empresária ou de consórcio de empresa.*

*Art. 13. Não será admitida a contratação de cooperativa ou de instituição sem fins lucrativos cujo estatuto e objetos sociais não prevejam ou não estejam de acordo com o objeto contratado.*

## **Elaboração de Projeto Executivo**

### **Existência de Projeto Executivo**

Não existe, para essa contratação, a necessidade de formalizar Projeto Executivo, pois não se trata de uma obra ou de serviço de engenharia, mas tão somente a execução de um serviço comum geral. A soma das peças técnicas produzidas durante a instrução processual suprem as necessidades da contratada quanto à execução do objeto.

### **A contratação para elaborar Projeto Executivo**

A pretendida contratação não tem como objeto ou parte dele a elaboração de projeto executivo, trata-se de contratação de serviço classificado como comum em geral. A empresa contratada não irá elaborar projeto.

### **Cessão de Uso de Direitos**

As soluções originais, ou propriedade intelectual que tenha como polo passivo o objeto do contrato de que trata esse documento, e que venham a ser elaboradas pela contratada, serão cedidas tacitamente à Administração Pública, na figura da Polícia Federal.

O cedente não poderá proibir a vinculação da solução à Polícia Federal, restando àquele os direitos de propriedade intelectual na figura de co-autor.

### **Confidencialidade**

Durante a vistoria das instalações, caso a licitante opte por vistoriar as edificações, será permitido o acesso a pranchas ou desenhos da edificação, porém será proibida sua reprodução, e posterior trânsito dessas informações, seja por meio digital ou analógico.

Após a assinatura do contrato poderá ser disponibilizado para a contratada, mediante Termo de Confidencialidade, pranchas, desenhos, projetos e outros documentos que possuam informações sobre as características internas das edificações, bem como os sistemas que nelas estão contidos.

### **Sustentabilidade:**

A empresa contratada deverá seguir critérios e práticas de sustentabilidade, conforme critérios descritos a seguir, quando aplicáveis, extraídos do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU:

Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

Na execução dos serviços, a contratada deverá obedecer às disposições da CONAMA nº 340, de 25 de setembro de 2003, nos procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenagem e transporte das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio (SDOs) abrangidas pelo Protocolo de Montreal (notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano), obedecendo às seguintes diretrizes:

É vedado o uso de cilindros pressurizados descartáveis que não estejam em conformidade com as especificações da citada Resolução, bem como quaisquer outros vasilhames utilizados indevidamente como

recipientes, para o acondicionamento, armazenamento, transporte e recolhimento das SDOs, CFC-12, CFC-114, CFC-115, R-502 e dos Halons H-1211, H-1301 e H-2402;

Quando os sistemas, equipamentos ou aparelhos que utilizem SDOs forem objeto de manutenção, reparo ou recarga, ou outra atividade que acarrete a necessidade de retirada da SDO, é proibida a liberação de tais substâncias na atmosfera, devendo ser recolhidas mediante coleta apropriada e colocadas em recipientes adequados, conforme diretrizes específicas do art. 2º e parágrafos da citada Resolução;

A SDO recolhida deve ser reciclada “in loco”, mediante a utilização de equipamento projetado para tal fim que possua dispositivo de controle automático antitransbordamento, ou acondicionada em recipientes adequados e enviada a unidades de reciclagem ou centros de incineração, licenciados pelo órgão ambiental competente.

Quando a SDO recolhida for o CFC-12, os respectivos recipientes devem ser enviados aos centros regionais de regeneração de refrigerante, licenciados pelo órgão ambiental competente, ou aos centros de coleta e acumulação associados às centrais de regeneração.

Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 15/03/2014, e legislação correlata;

Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exija a emissão de tal licença obrigatória.

Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;

resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

Resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada deverá comprovar, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE) nº 6, de 3 de novembro de 1995, e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

Os equipamentos elétricos a serem utilizados na execução dos serviços deverão possuir a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), na classe A, nos termos da Portaria INMETRO que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade (RAC) e trata da etiquetagem compulsória do respectivo equipamento;

A contratada deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos frascos de aerossol e das lâmpadas fluorescentes originários da contratação, recolhendo-os ao sistema de coleta montado pelo respectivo fabricante, distribuidor, importador, comerciante ou revendedor, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada;

A contratada deverá providenciar o recolhimento dos recipientes de tintas, vernizes e solventes originários da contratação, para posterior repasse às empresas industrializadoras, responsáveis pela reciclagem ou reaproveitamento dos mesmos, ou destinação final ambientalmente adequada.

Além disto, a contratada deverá observar, no que couber, as normas gerais de sustentabilidade:

Normas ABNT para sustentabilidade:

ABNT ISO/TR 14062:2004

ABNT NBR 16001:2012

ABNT NBR ISO 10002:2005

ABNT NBR ISO 10014:2008

ABNT NBR ISO 14001:2015

ABNT NBR ISO 14040:2009 Versão Corrigida:2014

ABNT NBR ISO 14044:2009 Versão Corrigida:2014

ABNT NBR ISO 26000:2010

ABNT NBR ISO 31000:2009

ABNT NBR ISO 50001:2011

ABNT NBR ISO 9001:2015

ABNT NBR ISO 9004:2010

Legislação Ambiental e correlatas:

Lei nº 6.938/1981 – Política Nacional do Meio Ambiente.

Lei nº 12.187/2009 – Política Nacional de Mudança do Clima.

Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Decreto nº 2.783/1998 – Proíbe entidades do governo federal de comprar produtos ou equipamentos contendo substâncias degradadoras da camada de ozônio.

Decreto nº 5.940/2006 – Coleta Seletiva Solidária na Administração Pública Federal

Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010 – Dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela administração direta, autárquica e funcional.

Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 10, de 12/11/2012 – Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o art. 16, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, e dá outras providências.

Portaria nº 61 – MMA, de 15/05/2008 – Estabelece práticas de sustentabilidade ambiental nas compras públicas.

Portaria nº 43 – MMA, de 28/01/2009 – Proíbe o uso de amianto em obras públicas e veículos de todos os órgãos vinculados à administração pública.

Portaria nº 23, - MPOG, de 12/02/2015 – Estabelece boas práticas de gestão e uso de energia elétrica e de água nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dispõe sobre o monitoramento de consumo desses bens e serviços.

## **Habilitação Econômico-Financeira (Patrimônio Líquido)**

Conforme regulamenta a Lei 14.133/2021, temos que:

*Art. 69. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser*



*comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:*

*I - balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;*

*II - certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.*

*§ 1º A critério da Administração, poderá ser exigida declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital.*

*§ 2º Para o atendimento do disposto no **caput** deste artigo, é vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior e de índices de rentabilidade ou lucratividade.*

*§ 3º É admitida a exigência da relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados.*

*§ 4º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer no edital a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.*

Portanto, será adotado o percentual de **10%** de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo da empresa ganhadora.

## Garantia da Contratação

### Garantia de Execução

A critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos, conforme regras previstas no Capítulo II - Das Garantias, da Lei 14.133/2021, artigos 96 a 102:

*Art. 98. Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos, a garantia poderá ser de até 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, autorizada a majoração desse percentual para até 10% (dez por cento), desde que justificada mediante análise da complexidade técnica e dos riscos envolvidos*

Portanto, será exigida a garantia de execução, tendo em vista que a natureza dos serviços requerem que sejam adotados cuidados com a finalidade de garantir a execução contratual, adotando-se o percentual de 5% previsto como regra do Art. 98, por não se verificarem circunstâncias que justifiquem a majoração.

### Seguro-garantia

O seguro-garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado perante à Administração, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento, observadas as seguintes regras nas contratações regidas por esta Lei:

*I - o prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;*

II - o seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

Facultado à contratada a opção pelo seguro garantia desde que explícito em contrato, conforme descrito no TR.

## Garantia dos Bens e Serviços

### Garantia quinquenal

A garantia quinquenal dos serviços na forma do Art 618 do Código Civil é a seguinte:

#### **Art 618 da Lei 10.406/02**

*Nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo.*

**Parágrafo único.** *Decairá do direito assegurado neste artigo o dono da obra que não propuser a ação contra o empreiteiro, nos cento e oitenta dias seguintes ao aparecimento do vício ou defeito*

Assim, não poderá ser exigida a quinquenal dos serviços tendo em vista não tratar-se de intervenção de engenharia, ou seja, a contratação que se pretende celebrar é isenta de responsabilidade técnica.

### Garantia Legal Código Consumidor

A garantia legal para peças, materiais, equipamentos, mecanismos ou ferramentas será aquela estipulada pela Lei 8078/90.

### Garantia Contratual dos Serviços

A garantia contratual para peças, materiais, equipamentos, mecanismos ou ferramentas soma-se à garantia legal em um período de 9 meses, fazendo um total de 12 meses de garantia contratual.

### Garantia Estendida

Não será exigida garantia estendida para os materiais aplicados, ou para os serviços executados.

## Transição Contratual e Encerramento

### Obrigatoriedade da transição contratual

Não se aplica para essa contratação.

### Transferência de conhecimento

Para os equipamentos, sistemas e mecanismos adquiridos ou adaptados durante o contrato, ou ainda para aquelas soluções originais elaboradas pela contratada e sempre que a especialização assim determinar, deverá haver transferência de conhecimento para operação e controle desses novos aparatos.

## Manual de operações

O manual de operações não refere-se ao escopo da própria contratação, contudo é item inerente à aquisição de insumos, os quais, quando a especialização assim exigir deverão trazer consigo o respectivo manual de operações.

### Registro na entidade profissional

Não aplicável para esta contratação, haja vista tratar-se de serviço comum geral, e não de engenharia.

### Capacidade técnica operacional

A contratada deverá comprovar que possui capacidade técnica operacional para execução de, no mínimo, **50 metros lineares** de cerca do tipo **alambrado, gradil ou similar**, com altura mínima de 2,00m.

O Termo de Referência detalha as regras para comprovação da capacidade técnica operacional.

### Capacidade técnica profissional (do responsável técnico):

Não será exigido qualificação técnica-profissional para a presente contratação, pois se trata de um serviço comum geral, cuja técnica é amplamente dominada pelo mercado.

## Regime de Execução Indireta:

### Tipo de Empreitada

Considerando que a contratação envolve somente um tipo serviço e, com vistas à obtenção da proposta mais vantajosa para à Administração, bem como a adequada contraprestação conforme as características dos serviços a serem contratadas o regime deverá ser Empreitada por **Preço Global**.

### Empreitada por Preço Global

Para o item a ser adjudicado e tendo em vista que é possível a adequada mensuração dos serviços e insumos que compõem a contratação, trata-se do regime mais adequado para este tipo de contratação.

No caso de empreitada por preço global, a Administração deverá fornecer obrigatoriamente, junto com o edital, todos os elementos e informações necessários para que os licitantes possam elaborar suas propostas de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação (conforme recomendações básicas para a Contratação e Fiscalização de Obras de Edificações Públicas do TCU);

Ressalta-se que os quantitativos foram levantados preliminarmente com a utilização de imagem de satélite e, posteriormente, através de medição manual no local de execução dos serviços, o que resultou em uma boa margem de precisão. Além do mais, os orçamentos apresentados pelas empresas foram baseados em visitas "in loco", do local de realização dos serviços, corroborando, assim, para a precisão dos quantitativos.

Por fim, em se tratando de serviço comum, onde não há apresentação de projeto básico ou executivo, o levantamento dos serviços é feito, em suma, com a apresentação de orçamentos por empresas capacitadas para realizarem os serviços, após vistoria no local e conhecimento dos requisitos de contratação.

### Subestimativas ou Superestimativas Relevantes

Como regra geral, mas sempre justificado, admite-se aditivo em contratos regidos por qualquer regime que não seja contratação integrada ou semi integrada.

Neste contexto, verifica-se situações que a possibilidade de celebração de aditivos em EPG dividem-se em dois grupos:

Alterações de projeto propostas pela administração, fatos imprevisíveis e demais situações, em que é obrigatória a celebração de termo aditivo ao contrato de obra pública, respeitados os limites legais;

Alterações contratuais decorrentes de erros de orçamentação, projetos ou quantitativos, em que se devem considerar os riscos que envolvem os contratos administrativos, sendo divididos, doutrinariamente, em álea ordinária e álea extraordinária (subdivididos em áleas administrativa e econômica).

Salienta-se, oportunamente, da necessidade da definição dos seguintes conceitos:

subestimativas relevantes: quantitativos relevantes subestimados no orçamento base da licitação, omissões perceptíveis (entendidas como itens que estariam incluídos no serviço contratado por uma exigência lógica do próprio serviço ou pela inclusão em qualquer outro item do projeto básico: projetos, especificações, memoriais, etc);

superestimativas relevantes: quantitativos superestimados que comprometam a observância aos princípios da economicidade, moralidade e probidade administrativas devem sofrer alteração contratual para reduzir os quantitativos inadequados, ajustando o montante total ao valor real, caracterizando superfaturamento de obras públicas e configurar ato de improbidade administrativa.

Neste contexto, segundo a Orientação Técnica n. 04/2011 do Instituto Brasileiro de Engenharia de Custos, seguindo padrões internacionais (ICEC - International Cost Engineering Council), **indica uma margem de erro de um orçamento de referência de aproximadamente 5%** (cinco por cento) para um Projeto Básico quando caracterizada uma situação de utilização de EPG, ou seja: com todas as informações necessárias para a confecção de uma planilha orçamentária detalhada e disponíveis. Assim, esse parâmetro será utilizado neste processo como critério médio de variação de risco de cada etapa do projeto.

**Caso seja ultrapassado o limite supracitado, pode ser efetuado aditivo contratual, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, não poderão ultrapassar, no seu conjunto, o limite máximo de tolerância de até 25% do valor total dispensado para a parcela destinada a Empreitada por Preço Global.**

Nesse sentido segue abaixo tabela com as tolerâncias permitidas:

RISCO	DEFINIÇÃO	IMPACTO (Alto, Médio ou Baixo)	ALOCÇÃO (Contratado, Contratante ou compartilhado)
Erros nos quantitativos dos serviços da faixa A (Metodologia ABC) da planilha orçamentária.	Subestimativas superiores a 10%	Alto	Contratante
	Superestimativas superiores a 10%	Alto	Contratado
Erros nos quantitativos dos serviços das faixas B e C (Metodologia ABC) da planilha orçamentária	Subestimativas ou Superestimativas de qualquer valor	Baixo	Compartilhado

Alteração nos quantitativos ou inclusão de novos itens por revisão de projetos e especificações.	Alteração nos custos devido a revisão de projeto e especificação emitida pela Contratante	Médio	Contratante
Serviços previstos nos projetos e especificações, mas não contemplados na planilha orçamentária	Serviços cujos valores se enquadrem na faixa A (Metodologia ABC) da planilha orçamentária.	Alto	Contratante
	Serviços cujos valores se enquadrem nas faixas B e C (Metodologia ABC) da planilha orçamentária.	Baixo	Contratado

Para a contratação em tela, tendo em vista não existir planilha orçamentária, com classificação de insumos, suprima-se a divisão por faixas (A, B e C) e utiliza-se o valor global para aferir a margem de erro de +/- 10%.

### Matriz de Riscos Para o Contrato:

É facultativa a elaboração de uma matriz de alocação de riscos, no contrato, para a presente contratação. Além disso, tal dispositivo é obrigatório apenas em contratações integradas ou semi-integradas. Resta esclarecer ainda que a Matriz de Alocação de Risco difere da Matriz de Riscos da contratação, visto que esta vai anexa à instrução processual, enquanto aquela é parte do contrato.

Ainda assim, sugere-se a inclusão, no contrato, da seguinte Matriz de Alocação de Riscos:

2. RISCO	DEFINIÇÃO	IMPACTO (Alto, Médio ou Baixo)	ALOCÇÃO (Contratado, Contratante ou compartilhado)
Erros nos quantitativos dos serviços	Subestimativas superiores a 10%	Alto	Contratante
	Superestimativas superiores a 10%	Alto	Contratado
Alteração nos quantitativos ou inclusão de novos itens por revisão de especificações.	Alteração nos custos devido a revisão de projeto e especificação emitida pela Contratante	Médio	Contratante

## 5. Levantamento de Mercado

### Análise de Alternativas

A prospecção de mercado consiste em buscar soluções semelhantes às pretendidas nesta licitação, e que tenham em comum os mesmos problemas. Conhecido o problema, deve-se verificar quais as possíveis soluções, a saber:

Fechamento do perímetro com muro de alvenaria;

Fechamento do perímetro com gradil estacado;

Fechamento do perímetro com alambrado estacado;

Fechamento do perímetro com Nylofor;

Fechamento do perímetro com concertina.

### Solução mais vantajosa

Após a prospecção de dados verificou-se que no caso concreto a melhor solução seria a instalação de alambrado estacado com concertina de fechamento na aresta superior. Dessa maneira consegue-se a proteção de perímetro, com linha de visada externa e evita-se a projeção de pessoas ou objetos por cima do alambrado.

## 6. Descrição da solução como um todo

### O que fazer?

A solução como um todo contempla a contratação de serviços de instalação de alambrado para fechamento de perímetro que confronta com o bosque que fica a oeste/noroeste da edificação e que contempla os seguintes serviços:

Instalação de cerca do tipo alambrado ou similar;

Instalação de concertina (linear ou helicoidal);

Instalação de portão de acesso para pedestres.

### Quem vai fazer?

Empresa especializada em instalação de alambrado ou gradil e que possua a capacidade técnica mínima exigida.

### Como fazer?

A solução da execução, tendo em vista que o orçamento é por empreitada fechada, sem planilha de custos, a qual ficará a cargo da empresa contratada, cabendo à fiscalização técnica determinar somente o limite do perímetro a ser cercado.

### Onde Fazer?

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Paraná têm por utilização efetiva, neste momento, a seguinte edificação:

ITEM	Edificação	Endereço	Cidade
1	Superintendência Regional da Polícia federal em Curitiba	Rua Professora Sandália Monzón, 210, Santa Cândida	Curitiba

## Por que Fazer?

Tema já exaurido no item DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE.

## Vida útil do objeto da contratação.

A pretendida contratação trata justamente de prolongar a vida útil de determinado bem. No caso concreto à edificação, evitar vandalismo e depredação do bem público.

## Manutenção e Assistência

Trata-se de instalação de bem imóvel (gradil ou alambrado), que deverá ser mantido e conservado pela manutenção predial da própria superintendência, com exceção dos casos onde haverá abertura de garantia por defeito ou vício oriundos da própria execução do serviço ou dos materiais aplicados.

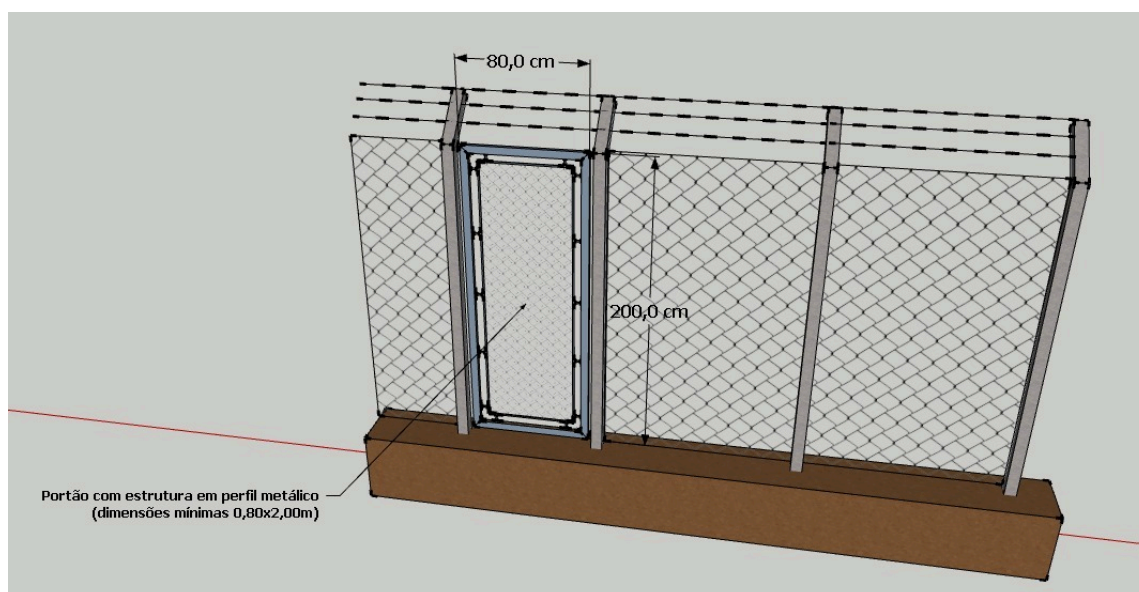
## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

metros lineares), que se pretende limitar, a saber:

120 metros lineares de alambrado (galvanizado) estacado;

120 metros lineares de concertina (galvanizada) helicoidal (30 cm) ou linear com 3 fiadas de 10cm de intervalo;

Portão com 0,80 x 2,00 metros (altura mínima, podendo ser maior), de vão livre, com pórticos e sistema de fechamento com fechadura ou cadeado, conforme ilustração abaixo:



Verificado o tamanho da intervenção colheram-se orçamentos com base na solução de fechamento apresentada.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 24.200,00

Os custos foram estimados a partir de orçamentos com fornecedores. Foram coletados três orçamentos e deverá ser considerado válido o de menor valor, tendo em vista tratar-se de dispensa por valor.

Os orçamentos auferidos seguem na tabela abaixo:

1INSTALAÇÃO DE ALAMBRADO						UN	R\$ 24.200,00	
ITEM	FONTE	EMPRESA	CNPJ	DATA	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR UNIT (R\$)	OBSERVAÇÕES
1	COT. DIRETA	PANTELAS	46.453.805 /0001-91	16/06 /2025	fornecimento de material e mão de obra para construção de cercamento de área - Alambrado	UN	R\$ 24.200,00	Cotações obtidas diretamente com as empresas.
2	COT. DIRETA	SUPERTELAS	00.724.251 /0001-19	13/06 /2025	fornecimento de material e mão de obra para construção de cercamento de área - Alambrado	UN	R\$ 26.050,00	Cotações obtidas diretamente com as empresas.
3	COT. DIRETA	TELA SILVA	29.004.517 /0001-30	30/06 /2025	fornecimento de material e mão de obra para construção de cercamento de área - Alambrado	UN	R\$ 31.094,00	Cotações obtidas diretamente com as empresas.

A estimativa de valor ficou em : R\$24.200,00 (Vinte e quatro mil e duzentos reais).

### Curva ABC

A curva ABC é exigida apenas para obras ou serviços de engenharia.

### Cronograma Físico Financeiro

Não será elaborado cronograma físico-financeiro, pois a medição deverá ser feita em parcela única, e somente depois de terminado e recebido o serviço.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O objeto da pretendida contratação não pode ser parcelado. Os serviços a serem executados são indissociáveis.



## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

### **O objeto prescinde ou não de outras contratações?**

Os serviços objeto desta contratação são autônomos e prescindem de contratações correlatas ou interdependentes. Todos os serviços que deverão compor a solução fazem parte do mesmo escopo.

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

O projeto em questão está diretamente alinhado à ação estratégica do órgão de segurança orgânica, assim descrita: “promover ações para garantir a proteção de seus próprios bens e interesses, bem como de seus servidores e instalações, através de um sistema de segurança integrado e gerenciado internamente. Isso inclui a proteção do patrimônio, a segurança das informações, a integridade física dos servidores e a proteção das instalações.

Em resumo, a segurança orgânica é um conjunto de ações preventivas e corretivas, geridas internamente, para proteger a organização contra ameaças, garantindo a segurança de seus bens, pessoas e informações.

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

### **Resultados Financeiros (ROI)**

O resultado que se busca, considerando o retorno sobre Investimento (ROI - Return on Investment) do bem público com cuidados de manutenção, conservação e segurança orgânica diz respeito à utilização racional do dinheiro público no tocante a iniciativas que preservem o bem público, tendo em vista que a contratação em tela promove a proteção do perímetro e dos bens nele contidos, tais como automóveis e demais sistemas que ficam expostos no pátio da edificação. No mesmo sentido, evitam-se gastos extras com vigilância eletrônica e segurança patrimonial.

### **Resultados para a produtividade**

O objeto da contratação não possui impacto direto sobre a produtividade do órgão ou de seus servidores, porém aduz-se que ao término da intervenção os servidores daquele local contarão com um perímetro mais seguro.

### **Resultados quanto à aplicação de materiais e tecnologia**

Não se aplicam ao objeto desta licitação.

## **13. Providências a serem Adotadas**

### **Adequação dos Locais e Ambientes**

A edificação, objeto da contratação, possui ambiente adequado para a prestação dos serviços, sendo desnecessária qualquer alteração e/ou adequação.

### **Gestão e Fiscalização Técnica**

Para gestão e fiscalização técnica deverá haver ao menos 1 (um) Gestor da Execução do Contrato titular e 1 (um) substituto, 1 (um) fiscal titular e 1 (um) substituto por localidade, que irá, em conjunto com o responsável técnico da contratada, consolidar todos os relatórios e comprovações com vistas ao recebimento provisório.

## Gestão e Fiscalização Administrativa

Para a fiscalização e gestão do contrato e, para a fase de julgamento das propostas, deverão haver servidores capacitados e treinados, ao menos dois de cada, para que não haja prejuízo, por desídia ou má qualificação, à Administração Pública e, para que se mantenha a saúde contratual durante toda a sua vigência.

### 14. Possíveis Impactos Ambientais

A pretendida contratação possui baixo grau de risco em relação aos impactos ambientais por ela produzidos, e são de fácil mitigação. Trata-se de instalação de gradil onde o nível de intervenção é reduzido. Sendo assim os cuidados com o impacto ambiental resumem-se ao descarte racional dos resíduos produzidos, bem como a aquisição de insumos cuja procedência esteja de acordo com os normativos ambientais.

A aquisição de materiais e peças, objeto do presente contrato, deverão, sempre que possível, atender os critérios de sustentabilidade, dentre eles, que estes sejam constituídos por material reciclado, atóxico ou biodegradável, entre outros. Além disso, as atividades afetas ao objeto da contratação devem se pautar pela economia de recursos gastos com a manutenção e operacionalização da edificação, como também a redução do consumo de energia e água, por meio de tecnologias, práticas e materiais que reduzam o impacto ambiental.

Ainda foram relacionados diversos critérios de sustentabilidade ambiental que deverão ser observados pela Contratada durante a execução contratual.

### 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

#### 15.1. Justificativa da Viabilidade

A equipe de planejamento declara viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

#### Viabilidade Técnica Operacional

A Superintendência de Polícia Federal Paraná, através do Grupo Técnico de Edificações (GTED), possui no seu elenco quadro técnico interdisciplinar que fornecerá suporte em todas as etapas do processo. Porém, trata-se de um quadro reduzido, com vários contratos em pauta. Sendo assim, é indispensável que as unidades contempladas colaborem com mais servidores para a realização do processo. As unidades contempladas deverão fornecer servidores capacitados, preferencialmente na área de engenharia e de contratações, para que o projeto siga dentro do prazo para contratação. Além disso, durante a etapa de fiscalização é imprescindível a disponibilidade de servidor que ocupe a função de fiscal setorial.

#### Viabilidade Orçamentária

Os custos do objeto da contratação são compatíveis e estão dentro da previsão orçamentária para o ano de 2025 /26

#### Viabilidade Técnico Legal

O Documento de Formalização da Demanda, o Estudo Técnico Preliminar e o Mapa de Riscos foram elaborados em harmonia com a Instrução Normativa 05/2017 MPDG, o Manual de Obras e Serviços de Engenharia da AGU, o manual Obras Públicas do TCU e o Manual de Licitações e Contratos do TCU. A documentação legal (RGI, matrícula, cadastro no SPU) dos imóveis onde serão realizadas as intervenções, estão de acordo com as recomendações dos órgão de controle, a fim de que não se utilize verba, realize benfeitoria ou manutenção em imóvel que não seja da Polícia Federal/MJ.

## Viabilidade Ambiental

Trata-se de contratação de serviço que produz reduzido impacto ambiental, não é obra, portanto trata-se de quesito não aplicável no que diz respeito à necessidade de certidões ou autorizações junto aos órgãos ambientais. Restam observações, que foram elencadas neste instrumento, quanto à obtenção e descarte de insumos que obedeçam aos requisitos mínimos de eficiência energética/reciclagem e que estejam de acordo com a legislação ambiental.

### 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**MARCIO DE SOUZA BOUZAS**

APF